



# DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

## Associações ampliam atuação em Brasília

Atentos à retomada da normalidade dos trabalhos no Congresso Nacional, as Associações de magistrados de todo o País, entre elas a Amagis, decidiram, durante reunião do Conselho de Representantes da AMB, no dia 10 de maio, ampliar as ações em defesa de direitos e valorização do 1º grau, além de adotar medidas que defendem a independência da magistratura. **PÁGINAS 3 E 4**

## Amagis fortalece debate em Minas

IZABELA MACHADO



Reunião no Salão do Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Manhuaçu

Com o objetivo de unificar as reivindicações dos juízes mineiros com a magistratura nacional, o presidente da Amagis levou, em maio, a gestão itinerante para as Comarcas de João Monlevade e Manhuaçu, ampliando assim a pauta da classe.

**PÁGINA 5**

### +SAÚDE!

### 'AMOR À VIDA' IRÁ INTENSIFICAR A PREVENÇÃO

O programa 'Amor à Vida', que, no dia 11 de agosto, completará cinco anos, irá ampliar suas atividades e realizará ações de saúde preventiva nos locais de trabalho dos magistrados. **PÁGINA 24**

Associação quer ampliar assessores

**PÁGINA 3**

PJe traz novos desafios

**PÁGINAS 12 A 14**

# Magistratura está pronta para discutir o Judiciário autônomo

MAURÍCIO SOARES\*

Já passou da hora de a sociedade refletir e participar do debate sobre o Judiciário que deseja e merece, entender o seu funcionamento e de todo o sistema de Justiça. Embora existam boas leis no País, elas não funcionam por si só. Por essa razão, é preciso conhecer o esforço diário dos mais de 17 mil juízes brasileiros na implantação do Estado de Direito e no desafio permanente de aplicar a legislação de modo efetivo e igual para todos.

A sociedade precisa conhecer também os reais obstáculos e saber como os juízes trabalham para superá-los e alcançar os resultados esperados. Por isso, a autonomia do Judiciário e a independência da Magistratura são fundamentais para garantir o direito do cidadão e a melhoria de sua qualidade de vida. Defendemos igualmente maior valorização do 1º grau, com mais investimentos nas condições de trabalho e de segurança assegurados no orçamento.

**“Defendemos ainda maior valorização do 1º grau, com mais investimentos nas condições de trabalho e de segurança”**

Na crise atual, o Judiciário tem se mantido como a principal referência de compromisso com a Constituição Federal, o interesse público e a legalidade. Ainda assim, ou por isso mesmo, é constantemente atacado e vítima de tentativas que ameaçam sua autonomia, especialmente na atuação frente ao processo de combate à corrupção.

A Magistratura continuará atenta a possíveis interferências contra a atuação firme, corajosa e imparcial dos juízes e do Supremo Tribunal Federal. Como já manifestamos em notas públicas, a Amagis reafirma apoio integral às investigações, confiança nas instituições, defende a autonomia do Judiciário e exige a garantia da independência da Magistratura, rejeitando toda e qualquer forma de intimidação.

Contra essas prerrogativas, surgem, consecutivamente, campanhas para difamar e desqualificar a atuação de magistrados e de toda uma classe que, em sua trajetória histórica, sempre respeitou e se comprometeu com a Constituição, as leis e a probidade. Além disso, não existe outro profissional tão fiscalizado como o juiz pelo próprio Judiciário, por meio das corregedorias, pelo Conselho Nacional de Justiça e pela sociedade.

Por meio de seu Departamento Jurídico, a Amagis estará sempre pronta a adotar medidas que defendem e preservam a reputação da Magistratura contra acusações descabidas e infundadas.

Com a retomada da normalidade dos trabalhos no Congresso Nacional, as Associações estaduais, com apoio da AMB, reposicionaram as ações junto aos parlamentares e pela valorização do 1º grau. Três destaques serão o foco de nossa atuação neste mês: defesa da

aprovação da parcela remuneratória de valorização por tempo de serviço e aprovação da recomposição dos subsídios, além de lutar pelo arquivamento definitivo do projeto que cria teto para o funcionalismo público.

Rejeitamos também ser bode expiatório de uma crise que não é nossa, muito menos institucional, mas política e de esgotamento de um modelo que não se pauta pelos princípios constitucionais e republicanos. Pacientemente, mas de maneira firme, equilibrada e destemida, a Magistratura aguarda e está pronta há mais de 25 anos, desde a redemocratização do País, para rediscutir a Loman e construir o Judiciário de nossos sonhos e que a sociedade merece.■

(\*) Presidente da Amagis

## ÍNDICE DECISÃO!

Ampliação dos cargos de assessores  
PÁG 03

Pauta nacional da magistratura  
PÁG 04

Gestão itinerante  
chega à sexta comarca  
PÁG 05

CPC traz inovação aos Tribunais  
PÁG 06

Propostas ao novo CPP  
PÁG 07

Estâncias de Caxambu  
PÁG 11

Processo Judicial Eletrônico  
PÁG 12 a 14

Transição no TJMG  
PÁG 15

Economia: Dívida dos Estados  
PÁG 17

Magistrados aprovam  
'novo' Jornal DECISÃO  
PÁG 19

Painel da Magistratura:  
Estado de exceção  
PÁG 20

Chorinho se renova  
PÁG 21

**+SAÚDE!**  
Insônia afeta a saúde  
PÁG 23

'Amor à Vida' amplia atuação  
PÁG 24

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



### PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

### Vice-presidente Administrativa:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

### Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

### Vice-presidente de Saúde:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

### Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiz José Martinho Nunes Coelho

### Vice-presidente do Interior:

Juiz Antônio Carlos Parreira

### Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Ricardo Torres Oliveira

### Diretor-Secretário:

Juiz Christyano Lucas Generoso

### Diretora-Subsecretária:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

### Projeto Gráfico:

Agência Graffo

### Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

### Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Rua Albina, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br - [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

# Ampliação dos cargos de assessores

## Proposta é levada ao TJMG

**A**companhado de uma comitiva de juízes, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, apresentou, no dia 11 de maio, ao desembargador Pedro Bitencourt, a proposta de ampliação dos cargos de assessor para a 1ª instância e reforçou o pedido de extensão do prazo da licença paternidade de 5 para 20 dias.

O pleito foi levado ao presidente do Tribunal após a proposta ser discutida com os

TIAGO PARRELA



magistrados, em reunião realizada no mesmo dia, reforçando a construção de uma gestão participativa. Após o encontro na Associação, a vice-presiden-

te Administrativa da Amagis, juíza Cristina Gualberto, destacou que a justiça de 1º grau é a porta de entrada dos processos judiciais e disse estar

confiante no diálogo com o TJMG.

Os juízes Átila Andrade, Pedro Fiúza e a juíza Andrea Cristina de Miranda também participaram do encontro com o presidente do TJMG. A vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixoto, o diretor de Saúde, desembargador Edison Feital, as juízas Miriam Vaz Chagas, Kenea Márcia Damato de Moura Gomes e o juiz Bruno Taveira participaram da reunião na Associação. ■

**Pedro Fiúza, Átila Andrade, Pedro Bitencourt, Maurício Soares e Andrea Cristina**

## Repúdio

### Amagis denuncia campanha difamatória

Leviana, irresponsável e obscura. Foi com essa indignação que a diretoria da Amagis denunciou, no dia 4 de maio, a campanha difamatória contra o juiz Joaquim Martins Gamonal, da Comarca de Barbacena, promovida por meio de um livro anônimo e apócrifo.

Os ataques não se limitaram ao magistado e ofenderam também outras autoridades e instituições legalmente constituídas, responsáveis pela fiscalização, investigação e julgamento das decisões do magistado, cuja correção foi reconhecida em 2015. "Em última análise, são (os ataques) atentados contra o Judiciário e a democracia", afirmou, em nota, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares.

A manifestação esclarece ainda que todos os procedimentos adotados pelo juiz foram precedidos e avalizados por gestões do Conselho Tutelar e Ministério Público locais e monitorados pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção, Corregedoria de Justiça de Minas Gerais e Conselho Nacional de Justiça.

No dia 24 de maio, a Amagis repudiou insinuação desrespeitosa e difamatória feita à magistratura no livro "Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil". A Associação avaliará com seu Departamento Jurídico quais as medidas cabíveis para defender a reputação da classe. ■

**Dictum**  
Instituto de gestão e perícia

**ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**

**E EXTRAJUDICIAL**

**DE EMPRESAS.**

31 3282-5374  
[www.dictuminstituto.com.br](http://www.dictuminstituto.com.br)

Rua Padre Odorico, 128, sl.1.001 - São Pedro - BH/MG  
CEP: 30.330-040 - [www.dictuminstituto.com.br](http://www.dictuminstituto.com.br) - (31) 3282-5374

ASCOM / AMB



Magistrados de todo o País durante o encontro

# Pauta nacional da magistratura

Maurício Soares vai a Brasília discutir ações após a retomada da normalidade dos trabalhos no Congresso Nacional

Com a aprovação do regime de urgência para o Projeto de Lei 2.646/15, que reajusta os subsídios dos ministros do STF, pela Câmara dos Deputados, no dia 3 de maio, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, foi a Brasília, nos dias 9 e 10 do mesmo mês, participar de reuniões na AMB, nas quais foram discutidas estratégias de atuação das Associações junto aos parlamentares.

Os principais pontos discutidos nos encontros foram a tramitação do projeto que cria parcela remuneratória por tempo de serviço, do Projeto de Lei 3.123 de 2015, que trata do teto do funcionalismo público, e a recomposição dos subsídios da magistratura.

O Conselho de Representantes da AMB debateu ainda a repercussão da resolução 213 do CNJ, que trata das

 **PL 2.646/15, que reajusta os subsídios, está na pauta de reivindicação**

audiências de custódia, e audiência pública sobre a permuta entre os magistrados estaduais. As associações aprovaram ainda que a AMB entre com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para rever artigos do novo Código de Processo Civil, como os 10º, o 489º e o 933º, que atentam contra a independência do juiz e a autonomia do Judiciário.

Em outra frente de trabalho, o juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo representou

a Amagis na reunião da Coordenadoria de Aposentados da AMB, na qual foi discutido o resgate do ATS.

Em âmbito estadual, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, sancionou, no dia 3 de maio, o Projeto de Lei Complementar 49/2016, agora denominado Lei Complementar nº 139, de 3 de maio de 2016. A lei transforma dez cargos de juiz de direito em cargos de juiz de direito substituto de 2º grau no âmbito da Justiça comum estadual. ■

## #Somostodosjuizes

Amagis apoia campanha da AMB em defesa da magistratura e da cidadania

Com uma “Declaração de valores da magistratura e da sociedade brasileira”, a AMB lançou, no dia 9 de maio, em Brasília, a campanha “#Somostodosjuizes” que tem como objetivo valorizar o trabalho da classe e propor uma reflexão sobre o papel de

cada cidadão no atual quadro político pelo qual passa o Brasil.

Entre os pontos defendidos na declaração, estão a valorização do trabalho dos juizes e a importância de cada brasileiro pausar suas ações cotidianas em torno do ideal de justiça, uma vez

que as todas as decisões impactam a vida das outras pessoas.

A campanha veiculará depoimentos de crianças, trará conversa de magistrados com profissionais de outras áreas e depoimento de celebridades.

O lançamento foi feito pelo presidente

da AMB, João Ricardo Costa, e contou com a participação dos ministros Edson Fachin, do STF, Herman Benjamin e Paulo de Tarso Sanseverino, do STJ, do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e presidentes de Associações estaduais de magistrados. ■

# Gestão itinerante chega à sexta comarca

Presidente da Amagis reuniu-se com juízes em João Monlevade e Manhuaçu

IZABELA MACHADO



Maurício Soares com juízes em Manhuaçu

Em apenas quatro meses, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, levou a gestão itinerante a seis comarcas. Nos dias 5 e 20 de maio, o presidente esteve, respectivamente, nas Comarcas de João Monlevade (região Central) e Manhuaçu (Zona da Mata).

Oficialmente, o processo de gestão itinerante teve início na Comarca de Divinópolis, no dia 22 de fevereiro, e já passou por Juiz de Fora, São João del Rei e Barbacena. Antes disso, Maurício Soares esteve na Comarca de Uberaba (Triângulo Mineiro), no dia 22 de janeiro, onde participou da inauguração do novo fórum da cidade, e reuniu-se com os juízes da região.

A gestão itinerante busca ampliar o debate sobre as pautas de interesse da classe, com magistrados de todo o Estado, reforçando o caráter participativo implementado pela diretoria da Associação, que pode ser caracterizado ainda pelas reuniões com magistrados na sede da Amagis ou no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, onde foram definidos, por exemplo, os critérios de provimento para os dez cargos de juiz substi-



"Para nós, é muito positivo receber o desembargador Maurício aqui na Comarca e saber das ações da Amagis. É uma forma de valorizar o nosso trabalho" juiz Wellington Reis Braz

tuto de segundo grau no âmbito da Justiça Estadual, criados pela Lei Complementar nº 139, de 3 de maio de 2016.

No encontro em Manhuaçu, o juiz Maurício Navarro afirmou que a integração entre os juízes do interior e capital é fundamental para fortalecer a magistratura e garantir uma prestação jurisdicional mais eficiente. Na avaliação do diretor

do Foro de Manhuaçu, juiz Vinicius Dias Paes Ristori, ao se deslocar e avaliar de perto as condições de trabalho do magistrado na comarca, a diretoria tem um melhor embasamento para elaborar sua estratégia de atuação.

Em João Monlevade, o diretor do Foro, juiz Wellington Reis Braz, destacou que o presidente representa a classe perante o TJMG e demais instituições.

"Para nós, é muito positivo receber o desembargador Maurício aqui na Comarca e saber das ações da Amagis. É uma forma de valorizar o nosso trabalho", afirmou.

Ainda em Manhuaçu, Maurício Soares participou do 1º Seminário Regional sobre Legislação Eleitoral da Região do Caparaó, realizado no auditório da Câmara Municipal. ■

GEORGIA BAÇVAROFF



Reunião com juízes em João Monlevade

# CPC traz inovação aos Tribunais

Novo código leva à criação de seções cíveis

MARCELO ALBERT/TJMG



**P**assado os três primeiros meses do início da vigência do novo Código de Processo Civil (CPC), a Justiça em todo o País ainda trabalha para adaptar sua rotina e estrutura às novidades trazidas com a mudança da norma.

A fim de se adequar, o TJMG instalou, no dia 9 de maio, a 1ª e 2ª seções cíveis, que terão competência para julgar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e o Incidente de Assunção de Competência (IAC).

O primeiro vice-presidente do TJMG, desembargador Fernando Caldeira Brant, informa que esses incidentes têm como objetivo decidir sobre processos de grande

repercussão (o IAC) e sobre uma grande de massa de processos repetidos, (o IRDR), tendo a finalidade de estabelecer uma decisão “uniformizada” para todo o Estado.

As decisões serão tomadas nas seções cíveis, formadas por representantes das câmaras cíveis do TJMG, e serão presididas pelo primeiro vice-presidente do Tribunal. O desembargador Fernando Caldeira Brant revela que essa incumbência

**Instalação das Seções Cíveis no Salão Nobre do Palácio da Justiça**

ficou a cargo da primeira vice-presidência, porque cabe a ela a superintendência judiciária, com a qual se pode identificar, por exemplo, se um caso da mesma natureza começa a se repetir com muita frequência no Tribunal.

Para o desembargador, essas mudanças podem garantir mais segurança jurídica nas decisões e ter como consequência mais celeridade na prestação jurisdicional. ■

## Gravação de audiências

CNJ disponibilizará sistema para armazenamento de atos processuais em áudio e vídeo

Em fase de testes finais, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disponibilizará, em breve, dois sistemas para a captura e armazenamento de atos processuais em áudio e vídeo, como depoi-

mentos, interrogatórios e inquirição de testemunhas por meio do sistema audiência digital.

As ferramentas poderão ser baixadas gratuitamente no site do CNJ. A expecta-



**Saiba mais no site**  
cnj.jus.br

tiva é de que essa inovação permita a otimização das audiências, com transparência e qualidade da prova oral, reduzindo o custo dos tribunais com outras soluções.

Em Minas Gerais, o sistema audiovisual que permite a gravação das audiências já está em funcionamento nas varas criminais de Belo Horizonte desde o ano passado. Nesse caso, o mecanismo é composto por um software que grava e gerencia os arquivos, câmaras e microfones. ■

### RÁPIDAS



★ O presidente da Amagis, desembargador **Maurício Soares**, e o juiz **Renato César Jardim**, diretor da Magis-Cultura, reuniram-se, no dia 4 de maio, com o vice-presidente da Cemig, **Matheus de Moura Lima Gomes**, para tratar da renovação da parceria entre as duas instituições.



★ Em maio, o presidente do TJMG, desembargador **Pedro Bitencourt**, recebeu, no dia 9, na ALMG, o título de **Cidadão Honorário de Minas Gerais**. No dia 3, o magistrado lançou, na Academia Mineira de Letras, o livro “**Servidor Público – Teoria e Prática**”.



★ O desembargador **Nelson Missias de Moraes**, ex-presidente da Amagis, tomou posse, no dia 13 de maio, na Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado. O magistrado passa a ocupar a cadeira de nº 30, cujo patrono é o ex-ministro do STF **João Barbalho Uchôa**.

# Propostas ao novo CPP

Comissão entrega sugestões da magistratura a parlamentares

ASCOM / AMB



**Comissão do novo CPP com deputados federais**

A Comissão da AMB para estudos do novo Código de Processo Penal (CPP) entregou, no dia 4 de maio, a um grupo de parlamentares um documento com cerca de 30 propostas pontuais da magistratura ao Projeto de

Lei 8.045/2010, que propõe alterações a esse conjunto de normas.

De acordo com o coordenador da Comissão, juiz Júlio Ferreira, da Comarca de Ibirité (Grande BH), as ideias que norteiam o documento enviado ao Con-

gresso Nacional observam o reconhecimento do acusado como sujeito de direitos, condução do processo pelo magistrado, efetividade do processo penal, participação da vítima ou sucessores no processo.

Com a entrega das propostas, a comissão prepara-se para acompanhar a tramitação do projeto do novo CPP no Congresso Nacional, buscando a melhor interlocução possível com os parlamentares, a fim de levar as contribuições da magistratura ao PL 8.045/2010. ■

## Audiência de custódia

MG é o segundo estado que mais realizou audiências de custódia

Há pouco mais de um ano, tiveram início as audiências de custódia nos tribunais de todo o país. A medida, implantada pelo CNJ em 2015, determina que o preso seja apresentado ao juiz no prazo máximo de 24 horas depois da prisão em flagrante. Até a primeira quinzena de maio deste ano, foram realizadas em média 81 mil audiências de custódia no Brasil, sendo que 47% casos resultaram em liberdade, segundo o CNJ. Minas Gerais é o segundo estado que mais realizou audiências de custódia, segundo o CNJ, com 7.434

audiências de julho de 2015 a maio de 2016. Desse total, 3.505 casos resultaram em liberdade e outros 3.929, em prisão preventiva.

Em Varginha, no Sul de Minas, o juiz Oilson Hoffmann Schmitt, da 1ª Vara Criminal, realizou 176 audiências de custódia, em um ano. Destes, 46 receberam medidas alternativas, diferentes da prisão.

Em Minas, mais de **7** mil audiências de custódia foram realizadas em um ano.

Durante a realização das audiências de custódia, o magistrado ouviu os presos e realizou um levantamento traçando um perfil dos autuados na Comarca, que são, em sua maioria, pardos, com idade entre 22 e 30 anos e com emprego fixo.

“Das 176 audiências de custódia que realizei neste período, tive apenas dois casos de reincidência”, avaliou o magistrado ■

### RÁPIDAS



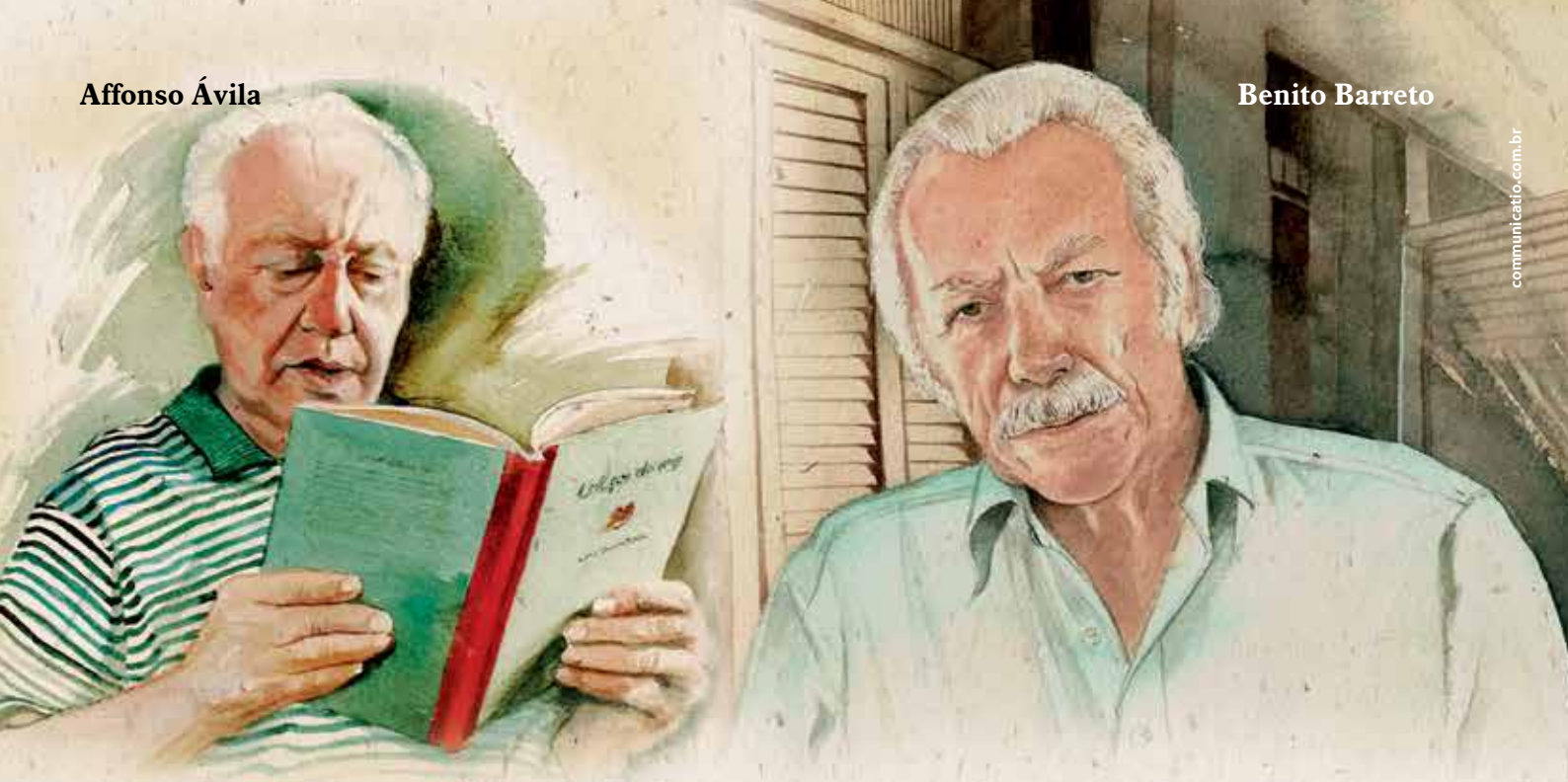
★ **Em homenagem ao Dia das Mães, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e a vice-presidente de Saúde da Amagis, Luzia Peixôto, celebraram a data, no dia 6 de maio, junto com as magistradas mineiras, na sala da Associação no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte.**



★ **A vice-presidente de Administrativa da Amagis, juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro, presidiu a Associação, do dia 17 a 31 de maio, durante as férias do presidente Maurício Soares. O vice-presidente de Interior da Amagis, juiz Antônio Carlos Parreira, participou da reunião de transmissão do cargo.**

Affonso Ávila

Benito Barreto



comunicato.com.br

# Estes autores já publicaram na

# MagisCultura

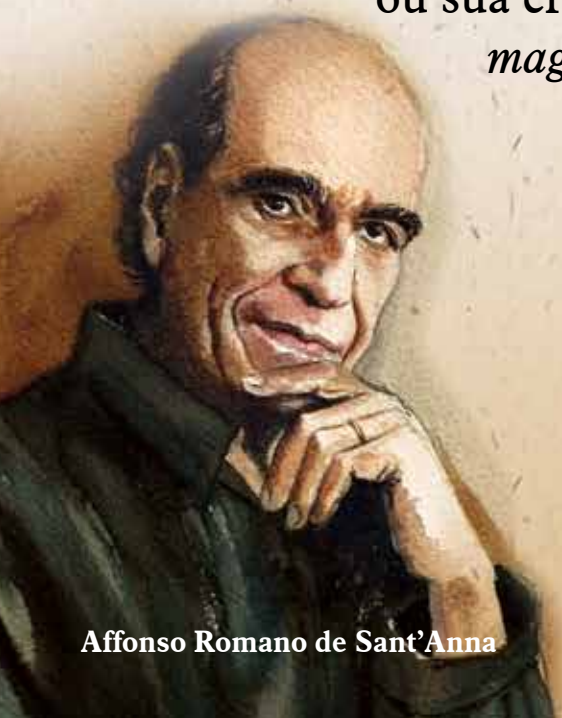
Mineira

Junto com eles, muitos juízes e  
desembargadores mineiros.

Agora falta você também publicar!

Mande seu conto, seu poema, seu artigo  
ou sua crônica para a próxima edição.

*[magiscultura@amagis.com.br](mailto:magiscultura@amagis.com.br)*



Affonso Romano de Sant'Anna



Adélia Prado



AMAGIS

# Juiz Renato César Jardim

**O senhor assumiu a direção do Foro Eleitoral com o calendário em curso. Como o senhor se preparou para essa nova função faltando poucos meses para a eleição?**

A Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais disponibiliza vários meios de preparação e formação dos juizes eleitorais, como os cursos recentemente realizados em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados, que abrangem toda a matéria alusiva às eleições. Também já lecionei Direito Eleitoral e a base da legislação aplicável não mudou muito, reclamando apenas uma atualização em relação às novidades, notadamente as alterações promovidas pela Lei 13.165/2015. É preciso se empenhar para estar bem preparado.

**Como será realizado o trabalho com as zonas eleitorais que atuarão sob a coordenação da direção do Foro Eleitoral?**

Temos 18 zonas eleitorais em Belo Horizonte, inclusive a 29ª, que está vinculada à direção do Foro. O juiz diretor do foro, além de atuar como representante dos juizes eleitorais pe-

rante a presidência, a vice-presidência e a corregedoria do TRE, exerce as funções de fiscalização, gerenciamento, coordenação e orientação de todo o trabalho distribuído aos demais juizes, nos termos da Resolução TREMG nº1.001/2015. Todos e quaisquer expedientes passam obrigatoriamente pela direção do foro, que os recebe e distribui para as zonas eleitorais. Tudo se dará na forma do mais amplo diálogo e transparência.

**Belo Horizonte tem um grande colégio eleitoral. Há alguma atribuição específica em relação à direção do Foro?**

O diretor do Foro é o responsável pela supervisão dos trabalhos eleitorais e também pelo julgamento de todas as ações/representações relativas às eleições, como as Ações de Investigação Judicial Eleitoral e as Ações de Impugnação de Mandato Eletivo. Além disso, é de sua competência o julgamento da prestação de contas do prefeito e vice-prefeito eleitos, bem como diplomá-los.

**Com a minirreforma eleitoral, o período para o julgamento dos registros de candidatura ficou mais curto. Como**

**se preparar para decidir num período menor e a tempo?**

O prazo, que era de 45 dias antes da data das eleições, passou para 20 dias. Das 18 zonas eleitorais da capital, 13 irão julgar os pedidos de registro de candidatura, enquanto que as outras cinco integrarão a Comissão de Propaganda. Os magistrados e servidores estão alertados e preparados para o julgamento dos pedidos de registro de candidatura no prazo estipulado. O que se espera, para facilitar os trabalhos, é que os partidos e coligações não apresentem os seus pedidos no último dia do prazo.

**A minirreforma eleitoral alterou ainda as regras referentes ao financiamento de campanha. Quais os cuidados deverão ser tomados para impedir que a norma seja burlada?**

Por parte dos partidos, coligações e candidatos, espera-se a observância das regras legais pertinentes. Por parte da Justiça Eleitoral, a análise rigorosa das prestações de contas. ■

*“Os magistrados e servidores estão alertados e preparados para o julgamento dos pedidos de registro de candidatura no prazo estipulado.”*

*“Por parte dos partidos, coligações e candidatos, espera-se a observância das regras legais pertinentes. Por parte da Justiça Eleitoral, a análise rigorosa das prestações de contas.”*

## PERFIL

Com 20 anos de magistratura, o juiz Renato César Jardim assumiu, em maio, a direção do Foro Eleitoral de Belo Horizonte e será o responsável por coordenar as eleições deste ano na Capital. Faltando poucos meses para a eleição, Renato Jardim – que já lecionou Direito Eleitoral –, conta com sua experiência na direção do Fórum da Capital, como juiz auxiliar da Corregedoria e da Presidência do TJMG, para dirigir a votação de um dos maiores colégios eleitorais do País, formado por mais de 1,8 milhão de cidadãos.



Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



[leiloesmg@leiloesmg.com.br](mailto:leiloesmg@leiloesmg.com.br)  
(37) 3242-2001 | (37) 99862-5659



**GRUPO CRÉDITO**

Falência

Recuperação Judicial

Execução

Despachantes - Engenheiros - Economistas - Liquidantes Judiciais

Corretores Imobiliários - Contabilistas - Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 [fernando@grupocredito.com.br](mailto:fernando@grupocredito.com.br)

# Estâncias de Caxambu

Cidade preserva história e riquezas naturais



Fonte D. Pedro no Parque das Águas em Caxambu

Uma das mais antigas estâncias hidrominerais do mundo, Caxambu (Sul de Minas) oferece aos visitantes doze fontes de águas minerais, com diferentes propriedades químicas, e um pouco da história do Brasil.

O “morro de caxambu” foi avistado pela primeira vez em 1674, pelo desbravador Lourenço Castanho Taques. Trinta sete anos depois (1711), João Batista de Carvalho e Sebastião Fernandes obtiveram a sesmaria, chamada de “Cachambum”. Décadas antes de ser fundada, em 1901, Caxambu já atraía a atenção por seu potencial hídrico.

Os primeiros registros do descobrimento das águas minerais são de 1814, na fazenda do Caxambu. Somente 30 anos depois, em 1844, que as três primeiras fontes, hoje conhecidas como Dom Pedro, Dona Isabel e Dona Leopoldina, foram descobertas.

Nesse período, as propriedades medicinais das águas da cidade ganharam fama e, em 17 de novembro de

1868, a princesa Isabel e seu esposo Conde D’Eu, acompanhados de uma comitiva, hospedaram-se por um mês em Caxambu. Relatos da época dão conta de que a princesa buscava a cura de uma hipotética infertilidade. Passados cinco anos da visita da princesa, uma comissão é designada para analisar as águas das fontes, atestando suas propriedades curativas.

A riqueza histórica e natural de Caxambu é um dos atrativos oferecidos aos associados da Amagis, que podem se hospedar na colônia de férias instalada na cidade, com conforto e privacidade.

## ORIGEM DO NOME CAXAMBU

A mais aceita é que a origem correta da palavra Caxambu é tupi, vinda do dialeto falado pelos Índios Cataguases que habitavam a cidade. Em tupi, a palavra Caxambu significa ‘bolha’ e com referência a água, é a bolha que o líquido faz como ‘a ferver’ – ‘bolhas a ferver’ ou ‘água que borbulha’. ■



O Parque das Águas funciona diariamente, de 7h às 18h.

**Programa-se.**  
Ligue para (35) 3341-3266.



## AS 12 FONTES

### Dom Pedro

Água mineral carbogasosa, bicarbonatada, fluoretada e radioativa. Indicada para problemas digestivos; dispepsia e digestões lentas. Purifica o sistema hepato-renal. Não recomendada para gastrite.

### Dona Leopoldina

Água mineral carbogasosa, bicarbonatada, sódica e fluoretada. Normaliza as funções gastrointestinais e hepatobiliares.

### Dona Isabel

Água mineral carbogasosa, bicarbonatada, cálcica, magnésiana, fluoretada e ferruginosa. Indicada como tônico geral, com ação anti-anêmica.

### Duque de Saxe

Água mineral carbogasosa, bicarbonatada, cálcica, magnésiana, fluoretada e sulfurosa. Indicada para o fígado e vesícula biliar; laxativa. Antisséptica e desintoxicante do aparelho digestivo. O gás sulfídrico é indicado para o aparelho respiratório.

### Beleza

Água mineral carbogasosa, bicarbonatada, cálcica, magnésiana, fluoretada e ferruginosa. Possui efeito calmante, hidratante e nutritivo para a pele. Indicada para problemas alérgicos.

### Viotti

Água mineral carbogasosa, ferruginosa, fluoretada e radioativa. Possui efeito diurético e depurativo; é utilizada para dissolver cálculos renais.

### Venâncio

Água mineral carbogasosa, bicarbonatada, cálcica, magnésiana, fluoretada e radioativa. Indicada para hipertensão arterial. No passado foi utilizada em banhos carbogasosos.

### Mayrink nº 1

Água mineral carbogasosa e radioativa. Utilizada para gargarejos. É antisséptica e anti-inflamatória.

### Mayrink nº 2

Água mineral carbogasosa, fluoretada e radioativa. Indicada para irritação nos olhos.

### Mayrink nº 3

Água mineral carbogasosa, fluoretada e radioativa. Utilizada no engarrafamento, em diferentes banhos do balneário e nas piscinas.

### Ernestina Guedes

Água mineral carbogasosa, bicarbonatada, cálcica, magnésiana, fluoretada, ferruginosa e radioativa. Indicada para doenças dermatológicas.

### Gêiser Floriano de Lemos

Água mineral com erupções periódicas e jatos de até 5 metros, devido a pressões de gases (gás carbônico). Não é um verdadeiro gêiser geotermal, cujas temperaturas são elevadas; esta variante é denominada gêiser de água fria (27° C).

# PROCESSO ELETRÔNICO

## Tribunais enfrentam desafios na digitalização dos processos

IZABELA MACHADO E GEÓRGIA BAÇVAROFF

**A**té 2018, todos os processos judiciais deverão tramitar exclusivamente por meio eletrônico pelo sistema PJe. A meta consta da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico (PJe) como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais. **Desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais brasileiros e com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o sistema também permite o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho.**

De acordo com o CNJ, os tribunais brasileiros devem implantar o PJe gradualmente. Os tribunais de pequeno porte, segundo estabelece a resolução, devem ser os primeiros a concluir a implantação, ainda em 2016. Os de médio porte terão até 2017 para implantar o sistema. Devido ao maior volume de processos e complexidade, os tribunais de grande porte terão um ano a mais para concluir o processo.

### MINAS GERAIS

Um dos maiores tribunais do País, o TJMG iniciou a implantação do PJe 1ª instância em setembro de 2012, como projeto-piloto, nas varas regionais do Barreiro, em Belo Horizonte. Com a conclusão da primeira fase do cronograma, 30 comarcas mineiras de entrância especial já contam com o sistema. De acordo com dados da Diretoria Executiva de Informática, do TJMG, atualmente, há 44.357 usuários ativos no Tribunal, sendo 12.000 a média de conexão simultânea. O acervo já supera 378.000 processos, em 236 órgãos julgadores, nas 30 comarcas de entrância especial. A

média de distribuição diária é de 1.776 ações.

### AGILIDADE

Com o processo eletrônico, há uma redução do prazo de tramitação entre o ajuizamento da ação e a publicação da sentença em virtude da eliminação de etapas do processo consideradas burocráticas, chamadas de prazos mortos ou ociosos, que são quando a demanda fica parada aguardando algum ato como expedição e juntada de documentos.

Para o juiz Delvan Barcelos Júnior, da 3ª Vara Regional do Barreiro, a implantação do sistema, ocorrida há mais de três anos no

### COMARCAS MINEIRAS QUE CONTAM COM O PJE:

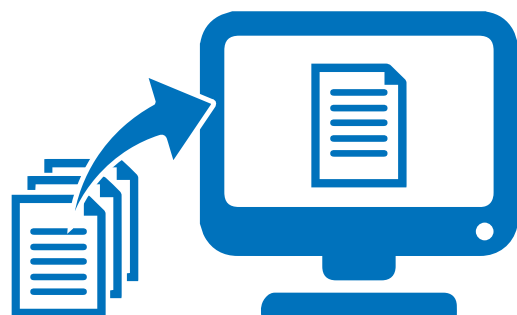
Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Governador Valadares, Ibirité, Ipatinga, Itabira, Juiz de Fora, Manhuaçu, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sete Lagoas, São João Del Rei, Teófilo Otoni, Timóteo, Uberaba, Uberlândia, Ubá, Varginha e Vespasiano.

### COMO É FEITA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PELO TJMG:

Após a implantação do PJe-CNJ 1ª Instância nas comarcas, uma equipe de suporte e atendimento presencial do Núcleo Técnico do PJe (NTPJe) e Gerência de Orientação dos Serviços Judiciais Informatizados (Gescom), da Corregedoria Geral da Justiça, permanece na comarca, por duas a quatro semanas, respectivamente. Posteriormente, a assistência é prestada de forma remota, devendo as dúvidas serem encaminhadas por meio do Portal de Serviços de Informática, ou pelo telefone 0800 600 9011.

Entre 28 de março e 28 de abril deste ano, a equipe de suporte remoto atendeu a 6.418 chamados. A média diária foi de 200 chamados. Quase 80% dos atendimentos são originários de usuários externos, por meio do telefone 0800-600 9011, em sua maioria.

FONTE: TJMG



Fórum do Barreiro, melhorou o trabalho das secretarias e dos servidores, que não precisam mais ficar manuseando uma infinidade de documentos e papéis dos autos.

“O PJe muda a forma de se trabalhar, mas a sentença, o resultado da produção, da prestação do serviço final, continua o mesmo”, avalia o magistrado. Atualmente, a 3ª Vara possui cerca de 400 processos físicos, todos anteriores à implantação do PJe. Desse total, 240 estão em tramitação, e o restante está suspenso. Já distribuídos no PJe, existem 1.982 processos.

Outras vantagens do sistema apontadas pelo presidente do Comitê Gestor do PJe-CNJ 1ª Instância e superintendente de Tecnologia da Informação do TJMG, desembargador André Leite Praça, estão relacionadas à redução de custos com insumos, como papel, impressão, transporte e armazenamento, tanto nas secretarias de juízo quanto em arquivos forenses, bem como no deslocamento da força de trabalho dedicada às atividades burocráticas.

O PJe também trouxe mudanças significativas na gestão dos tribunais, forçando revisão de rotinas e práticas tradicionais. “O gabinete do magistrado também passou, em determinados casos, a inserir no sistema o próprio ato judicial e as correspondentes movimentações”, afirma André Leite Praça.

O superintendente administrativo adjunto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, destaca a plena acessibilidade do sistema, com a diminuição de pessoas que se deslocam ao fórum e a possibilidade de os juízes des-

PJe tem mais de **44** mil usuários ativos no TJMG.

pacharem os processos de onde se encontram, a qualquer hora.

Isso é viável, porque o PJe está disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana, com possibilidade de acesso de qualquer lugar que possua conexão com a internet, o que representa comodidade para os advogados e permite que magistrados e servidores possam, até mesmo, desenvolver suas atividades cooperando com outros juízos.

Nesse contexto, outras possibilidades surgem, como o home office. “O sistema permite o trabalho do servidor em sua própria residência, sem deslocamento físico ao fórum, mediante o estabelecimento de metas, e o trabalho remoto, que consiste na utilização da força de trabalho de servidores de comarcas com menor acervo de feitos para contribuir com comarcas com maior movimento processual, também sem o deslocamento físico do teletrabalhador de sua comarca”, diz Corrêa Júnior.

Na avaliação do juiz Ricardo Torres, da 7ª Vara Cível de Belo Horizonte, os magistrados da capital, primeiros a utilizarem o PJE, já estão, em sua maioria, adaptados a essa nova forma de trabalho. A 7ª vara conta com 6.597 processos físicos e 2.674 distribuídos no processo eletrônico.

APERFEIÇOAMENTO

Implantado o PJe nas 30 comarcas de entrância especial, agora é hora de investir na sustentabilidade do sistema. Para o desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, a evolução dessa implantação, a ser realizada com responsabilidade e cautela, impõe, em primeiro lugar, o compromisso de que o sistema, gerenciado pelo CNJ, atenda de forma conveniente às demandas da comunidade jurídica. E, segundo o magistrado, cabe ao juiz do século XXI estar atento às inovações tecnológi-

“O PJE MUDA A FORMA DE SE TRABALHAR, MAS A SENTENÇA, O RESULTADO DA PRODUÇÃO, DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO FINAL, CONTINUA O MESMO”

JUIZ DELVAN BARCELOS JÚNIOR

“O SISTEMA PERMITE O TRABALHO DO SERVIDOR EM SUA PRÓPRIA RESIDÊNCIA, SEM DESLOCAMENTO FÍSICO AO FÓRUM, MEDIANTE O ESTABELECIMENTO DE METAS”

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JÚNIOR

RENATA CALDEIRA / TJMG



Processos físicos serão reduzidos com o PJe

TIAGO PARRELA

Juiz Ricardo  
Torres

ASCOM / TJMG

Des. André  
Leite Praça

cas, buscando o que delas pode vir em benefício da prestação jurisdicional célere e eficaz.

Segundo Ricardo Torres, a implementação do PJe encurtou o ciclo completo de trabalho (acesso a documentos, leitura, despacho/sentença e encaminhamento para secretaria), mas as funcionalidades do sistema ainda deixam a desejar.

“Os grandes percalços são estruturais, já que o PJe foi criado para a Justiça do Trabalho e adaptado para a Justiça Comum. Assim, por se tratar de um programa de cunho nacional em que o CNJ deixa pouco ao alcance dos tribunais locais, pode-se concluir, em muitas situações, que as peculiaridades de cada secretaria e cada competência não foram consideradas”, observa o magistrado.

Maior virtude do PJe, na opinião de Ricardo Torres, o dinamismo que se empresta à tramitação do processo é o que gera, paradoxalmente, o maior desafio do sistema. “O dinamismo na tramitação faz com que haja gargalos, tanto em secretarias quanto nos gabinetes. O processo chega rápi-

do a determinada fase, mas nem sempre consegue sair com a mesma agilidade”, diz.

De acordo com o juiz, é necessária uma nova formatação dos quadros humanos, para permitir que haja deslocamento da força de trabalho entre secretaria e gabinete, de acordo com a demanda. Para tanto, segundo ele, é fundamental revisar as normas atinentes às atribuições de servidores, propiciando que o interesse público comande e determine onde será tal força de trabalho empregada. “Se a secretaria está mais sobrecarregada, terá maior mão de obra. Se a sobrecarga está no gabinete, permitir-se-ia o deslocamento de servidores até que a situação fosse contornada”, afirma.

O juiz Delvan Barcelos Júnior ressalta que a tecnologia não é capaz, sozinha, de reduzir a morosidade do Judiciário. “Para acabar com a morosidade é necessário aumentar o número de juizes. O número de magistrados deve ser compatível com o volume de processos”, afirma o magistrado.

## DESAFIOS

Por ser uma inovação, os principais desafios apontados pelo desembargador André Leite Praça estão relacionados ao alcance da maturidade do sistema e de seu ambiente computacional, bem como da infraestrutura adequada de suporte técnico para os usuários internos e externos.

“Outro ponto relevante que precisa ser observado é a assimilação deste novo modelo pelos diversos atores envolvidos com o processo judicial. Ou seja, para alcançarmos todo seu potencial será preciso pensar e, por vezes, atuar diferente”, avalia o desembargador. De acordo com o magistrado, o modelo de processo físico pode servir de referência, mas seus processos não devem ser reproduzidos, obrigatoriamente e de forma automática, no eletrônico.

Segundo André Leite Praça, os próximos passos a serem implementados pelo Comitê Gestor do PJe-CNJ 1ª Instância são: desenvolver projetos de sustentação no TJMG para melhorar o funcionamento do sistema, evoluir na integração, via Modelo Nacional de Interoperatividade (MNI), com as entidades externas, inclusive com a adoção do Escritório Digital, manter e reforçar a parceria com o CNJ para o desenvolvimento de novas funcionalidades e continuar a implantação do PJe no TJMG. ■

**“O DINAMISMO NA TRAMITAÇÃO FAZ COM QUE HAJA GARGALOS, TANTO EM SECRETARIAS QUANTO NOS GABINETES. O PROCESSO CHEGA RÁPIDO A DETERMINADA FASE, MAS NEM SEMPRE CONSEGUE SAIR COM A MESMA AGILIDADE”**

JUIZ RICARDO TORRES

**“OUTRO PONTO RELEVANTE QUE PRECISA SER OBSERVADO É A ASSIMILAÇÃO DESTES NOVOS MODELOS PELOS DIVERSOS ATORES ENVOLVIDOS COM O PROCESSO JUDICIAL. OU SEJA, PARA ALCANÇARMOS TODO SEU POTENCIAL SERÁ PRECISO PENSAR E, POR VEZES, ATUAR DIFERENTE”**

DESEMBARGADOR ANDRÉ LEITE PRAÇA

Acervo do  
PJe supera

**378**

mil  
processos.

# Defensoria chega aos 40 anos

Criado em 1976, o órgão tem como missão garantir o exercício da cidadania

Na celebração dos seus 40 anos, completados no dia 4 de maio, a Defensoria Pública de Minas Gerais realizou uma série de atividades, na qual foram realizadas palestras e atendimentos à população, confirmando a vocação do órgão de promover a igualdade e a cidadania.

Em comemoração ao 40º aniversário da Defensoria,

AMAGIS



a Assembleia Legislativa de Minas Gerais realizou, no dia 16 de maio, uma reunião especial para marcar a data. A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio

Malard, destacou que, em 2015, o órgão efetuou cerca de dois milhões de prestações judiciais, alcançando a marca de 40% novos processos em tramitação no Judiciário.

**Maurício Soares e Christiane Malard com autoridades e defensores na ALMG**

A programação incluiu ainda a outorga da Medalha do Mérito da Defensoria Pública, que foi entregue a 60 personalidades, entre elas o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, o ministro do STJ, Sebastião Alves dos Reis Júnior, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e os desembargadores Pedro Aleixo Neto e Wilson Benevides. ■

# Transição no TJMG

Presidente eleito realiza reunião com magistrados

A fim de planejar as ações do biênio 2016/2018, o presidente eleito do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, reuniu-se, no dia 10 de maio, com a Comissão de Transição, formada por juízes e desembargadores, designada pelo presidente do Tribunal, Pedro Bitencourt, para sistematizar informações sobre os setores e unidades do TJ.

A comissão é formada pelos desembargadores Cássio

RENATA CALDEIRA / TJMG



Souza Salomé e Carlos Henrique Perpétuo Braga, pela juíza Luzia Divina de Paula Peixoto, vice-presidente de Saúde da Amagis, pelo juiz Carlos Donizetti Ferreira da Silva. Parti-

ciparam ainda da reunião os juízes Thiago Colnago Cabral e Antônio Carlos Parreira.

No campo institucional, a futura gestão do TJMG, ao lado da atual, foi recebida, no

**Comissão de transição reunida na unidade Raja do TJMG**

dia 4 de maio, pela mesa diretora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em um encontro do qual participaram mais de 60 deputados, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares.

No dia 17 de maio, o desembargador Herbert Carneiro e os dirigentes eleitos do TJMG realizaram uma reunião com a comissão para alinhar e expor as principais propostas da futura direção do Tribunal. ■

## RÁPIDAS

GEORGIA BAÇVAROFF



★ Os desembargadores **Maurício Soares**, presidente da Amagis, **Antônio Sérulo**, corregedor-geral de Justiça do TJMG, **Herbert Carneiro**, presidente eleito do TJMG, e **Geraldo Domingos Coelho**, vice-presidente do TRE-MG, foram homenageados pela Associação Mineira dos Municípios no dia 3 de maio.

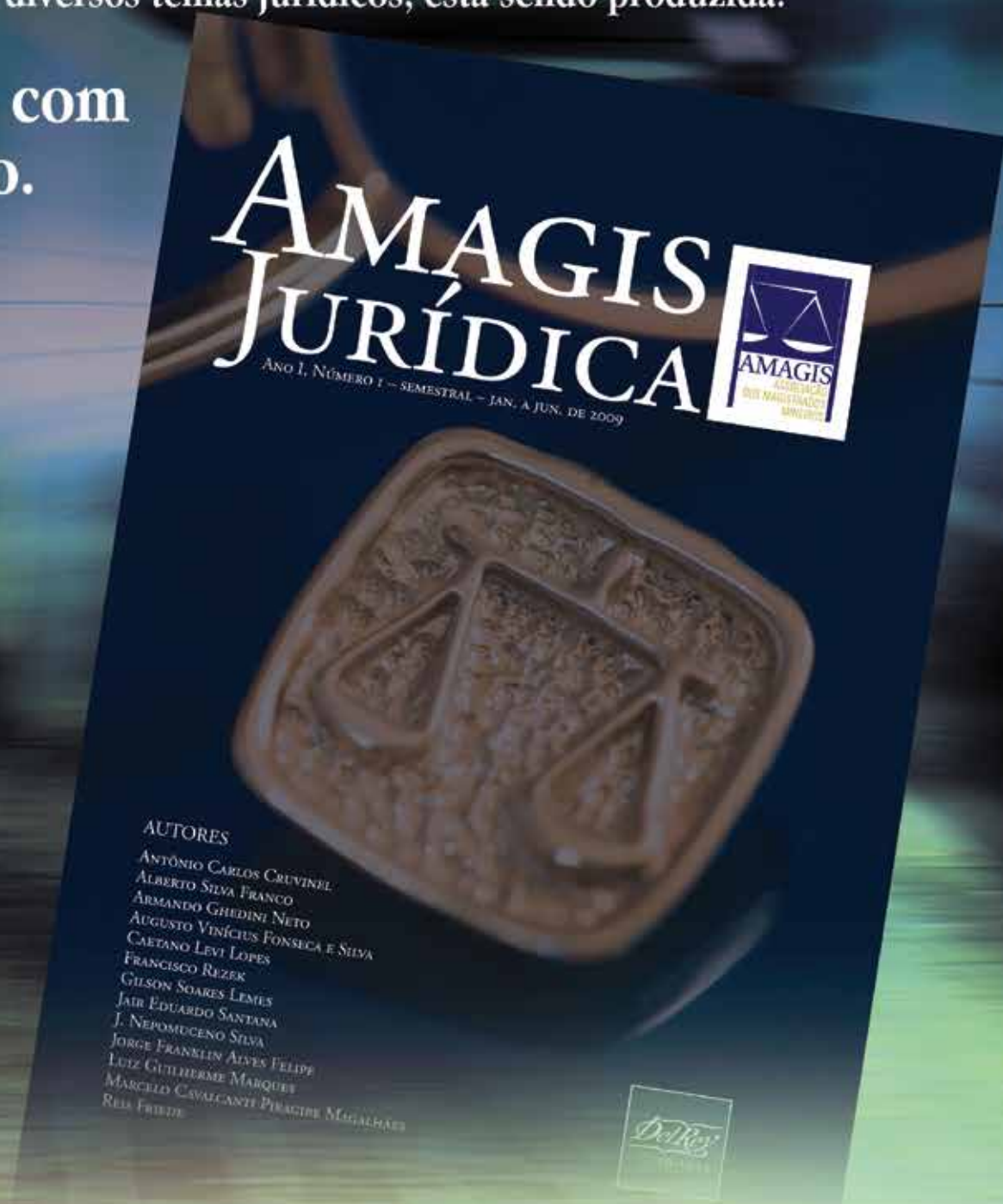


★ **Gilson Lemes e Fernando Lins** tomaram posse como desembargador no dia 6 de maio.

# Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com seu artigo.



## AUTORES

ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL  
ALBERTO SILVA FRANCO  
ARMANDO GHEDINI NETO  
AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA  
CAETANO LEVI LOPES  
FRANCISCO REZEK  
GILSON SOARES LEMES  
JAIR EDUARDO SANTANA  
J. NEPOMUCENO SILVA  
JORGE FRANKLIN ALVES FELIPE  
LUÍZ GUILHERME MARQUES  
MARCELO CAVALCANTE PIRACIOTE MACHADO  
REIA FREIRE

Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

[imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br)

# UNIÃO E ESTADOS

Briga entre o roto e o esfarrapado

TARCÍSIO MARTINS COSTA\*

**D**e um lado, unidades da federação à beira da falência e, de outro, o endividado Governo Federal, que enfrenta recessão e uma das maiores crises econômicas da história do País. Todos na maior pindaíba.

As consequências estão diariamente estampadas na mídia: desemprego de 11 milhões de brasileiros; cancelamento de investimentos; atrasos e parcelamento no pagamento de salários do funcionalismo; filas e mais filas nos hospitais, com corredores superlotados e doentes estendidos em macas, aguardando leitos, a comprometer o direito fundamental à vida e à saúde, hoje, letra morta na Constituição da República; segurança precária, com a falta de manutenção de viaturas policiais sucateadas e, por incrível que possa parecer, até mesmo de impressos para lavratura de boletins de ocorrência e outras providências.

No fim da década de 90, por pressão do FMI, as dívidas dos Estados, sufocados por uma política de juros elevadíssimos impostos pela União, foram renegociadas. O refinanciamento, previsto na Lei 9.496/97, relaciona todo um conjunto de programas de ajuste fiscal e privatização do patrimônio público das unidades federadas, além do saneamento das instituições financeiras. Segundo alguns especialistas, o refinanciamento teria favorecido escandalosamente o setor financeiro, que tinha créditos de origem duvidosa e teve reciclagem da dívida desvalorizada para 100% do valor de face.

Atualmente, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar 257/2016, que renegocia as dívidas dos Estados em troca de diferentes contrapartidas. Entre outras, a proibição de aumentos salariais acima da inflação e a limitação de despesas correntes à taxa inflacionária. Entre os cinco maiores devedores da União, o Estado de São Paulo (R\$

224,24 bilhões), Minas Gerais (R\$ 80,2 bi), Rio de Janeiro (R\$ 57,18 bi), Rio Grande do Sul (R\$52,7 bi) e Paraná (R\$ 10,22 bi).

Recentemente, nada obstante o refinanciamento de 1997, alguns Estados requereram ao Supremo Tribunal Federal o recálculo de suas dívidas com a União, argu-

rito, sugerindo que a União e os Estados cheguem a um acordo no prazo de 60 dias. Como bem observou o editorial da Folha de São Paulo – Armadilha estadual -, de 1º de maio passado: “Ocorre que a demanda judicial agride elementar técnica financeira e econômica: é um ardil para romper contratos de

decisões liminares, o que agravaria a situação das contas públicas e o déficit fiscal. E indaga “O que impede que esse conceito seja aplicado para os contratos privados (como os bancários)? Isso pode abrir precedente e criar uma grande incerteza jurídica, que é o que o Brasil não precisa neste momento”.

Sabe-se que a União propôs um plano de pagamento e de descontos, exigindo em contrapartida responsabilidade para a arrumação das contas estaduais. Os governadores, em meados de maio, pleitearam a suspensão do pagamento dos juros por um ano. Interlocutores do presidente interino procuraram ministros do STF, para tentar desarmar a “bomba fiscal”, da qual o plenário do Supremo pretende se livrar à espera de uma renegociação que não crie desequilíbrio financeiro entre os estados mais endividados e, sobretudo, insegurança jurídica, o que complicaria, ainda mais, uma das maiores crises política e econômica da história do País. ■

## ATUALMENTE, TRAMITA NO CONGRESSO NACIONAL O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 257/2016, QUE RENEGOCIA AS DÍVIDAS DOS ESTADOS EM TROCA DE DIFERENTES CONTRAPARTIDAS.

mentando que pagam juros indevidos, devendo incidir sobre os seus débitos taxas simples de juros e, não, juros compostos. Em outras palavras, o pagamento da dívida far-se-ia de forma linear e, não, capitalizada. Deixariam, assim, de dever cerca de 400 bilhões à União, que argumenta que juros sobre juros, os chamados juros compostos, constituem o padrão para os contratos financeiros.

A tese absurda dos juros simples foi acolhi-

renegociação de dívida que salvou os Estados há 20 anos. Ademais, pretende-se transferir problemas dos governantes para a União – em suma, para todo cidadão, de qualquer Estado, rico ou pobre. As unidades federativas, de certo, não foram responsáveis pela recessão e a decorrente queda da receita. Mas foram partícipes da ganância quando pleitearam e conseguiram autorização federal para tomar empréstimos”.

## ENTRE OS CINCO MAIORES DEVEDORES DA UNIÃO ESTÃO SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO SUL E PARANÁ.

da por alguns ministros do Supremo, que concederam, provisoriamente, aos requerentes o direito de pagar o que consideram devido.

No dia 27 de abril, o STF adiou sua manifestação sobre o mé-

O ex-ministro da Fazenda, Nelson Barbosa proclamou que a solução dos juros simples é “equivocada” e “perigosa”, podendo o Governo Federal perder R\$ 313 bilhões, caso confirmadas as

(\*) Desembargador. No dia 28 de abril, o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais aprovou voto de congratulação ao magistrado pelo artigo Fundo do Poço, publicado na edição 171, de abril de 2016, do Jornal DECISÃO.

## VIA JUSTIÇA

## PENSAMENTO JURÍDICO

FOTOS: FERNANDA MARQUÊS



### PJe em Minas

O tema do programa é o Processo Judicial Eletrônico (PJe). O sistema já está implantado em 29 comarcas mineiras. Quais foram os critérios para implantação do PJe nestas comarcas? Como funciona o processo judicial pela internet? Nossos convidados, juiz Delvan Barcelos Júnior, da 3ª Vara Cível do Barreiro (Comarca de BH), e Camila Gomes, advogada, respondem a essas perguntas. (Foto)

### Segurança Pública

Minas Gerais tem média de 310 assaltos por dia, um a cada cinco minutos. Em Belo Horizonte, a média é de 115 casos diários, segundo dados da Secretaria de Defesa Social. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Gustavo Cheik Teixeira, da 3ª Vara Criminal de Betim (Grande BH), e o professor e pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG, Cláudio Beato.

### Políticas alternativas penais

O CNJ, em parceria com o Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da ONU, elaborou um documento com propostas para a construção de uma política penal alternativa no Brasil. Para falar do assunto, convidamos o desembargador José Antônio Braga, coordenador executivo do Programa Novos Rumos/TJMG, e Marcella Moraes Pereira das Neves, defensora pública.

### Acordo de Leniência

O Via Justiça discute o Acordo de Leniência no sistema jurídico brasileiro. O acordo busca combater infrações à Ordem Econômica que prejudicam a economia popular. Quais são as bases constitucional e legal do acordo? Leniência significa impunidade? Quem responde a essas perguntas é o desembargador Doorgal Andrada, da 4ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado Alexandre Aroeira. ■

### Pena de prestação pecuniária

A Comarca de Juiz de Fora inaugurou, em abril, anexo da penitenciária local, construído por meio do uso de verbas de penas pecuniárias. Qual a origem desses recursos e como é feita sua arrecadação e destinação? Quem responde a essas perguntas é o juiz Daniel Réche da Motta, que atua em cooperação na Vara de Execuções Penais de Juiz de Fora. (Foto)

### 40 anos da Amagis Saúde

A Amagis celebrou os 40 anos de sucesso do seu plano de saúde em uma cerimônia que aconteceu na sede da Associação, em Belo Horizonte, e homenageou magistrados e funcionários que contribuíram para o fortalecimento do plano. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, destacou que o crescimento do plano de saúde está relacionado à história da Associação.

### Direito notarial e registral do Brasil

O registro eletrônico de imóveis, que entrou em funcionamento em 18 de março, em Minas Gerais, vai proporcionar maior segurança no atendimento aos usuários, que terá a sua disposição diversos serviços, por meio eletrônico. Nosso convidado, desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues, da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, comenta o tema.

### Direito do morador de rua

O número de pessoas que vivem nas ruas ou que pernoitam em instituições de apoio aumentou quase 60% nos últimos 10 anos. O TJMG, em parceria com o MPMG e o governo mineiro (Servas) participa do projeto "Rua do respeito: todos temos direito a ter direitos". Fala sobre a iniciativa o juiz Sérgio Fernandes, auxiliar da Corregedoria do TJMG. ■

#### TV ASSEMBLEIA

Sexta-Feira, às 23h

**TV JUSTIÇA** Sábado, às 15h30

**TV COMUNITÁRIA** Sexta-Feira, às 23h30

# TV

#### TV JUSTIÇA

Sábado, às 18h30

**TV COMUNITÁRIA**

Sábado, às 22h

# Magistrados aprovam 'novo' Jornal DECISÃO

Alterações incluem leitura mais dinâmica e páginas mais limpas

Geralmente, toda mudança exige um período de adaptação. Entretanto, o novo projeto gráfico do Jornal DECISÃO não precisou de um muito tempo para ter boa aceitação dos magistrados. Prova disso foi o voto de congratulação proposto pelo juiz do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), juiz Jadir Silva, aprovado pela casa no dia 28 de abril.

O documento enviado ao presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, assinado pelo presidente da 2ª Câmara, juiz cel. PM James Ferreira Santos, destaca a iniciativa do presidente da Associação pela mudança e descreve a publicação como conceituada, importante e objetiva.

Magistrados que já atuaram no jornalismo, como o desembargador Gutemberg da Mota e Silva, colaborador

da revista MasgisCultura, e o juiz Fernando Humberto dos Santos, avaliaram que o novo projeto gráfico deixou o jornal mais limpo, leve, agradável e dinâmico.

Para Gutemberg da Mota, o uso de subtítulos (bigodes) reforçam os títulos e informam melhor o leitor sobre o assunto abordado em cada matéria. Fernando Humberto observou ainda que o jornal tem conseguido tratar de temas atuais, mesmo frente à dinâmica das novas técnicas de comunicação, como as redes sociais. Graduado em Comunicação Social, o desembargador Wanderley Salgado de Paiva considerou a mudança importante por facilitar a leitura.

O Jornal DECISÃO prioriza assuntos de interesse da classe e conta ainda com as editorias de cultura, economia, opinião (painel da magistratura). ■ ▶



Envie sugestões de pauta ou um artigo para imprensa@amagis.com.br



## AMB promove encontro de imprensa

Assessoria da Amagis apresentou suas iniciativas para intensificar a comunicação

GEÓRGIA BAÇVAROFF

A importância da comunicação para as Associações de magistrados e a divulgação de iniciativas e boas práticas que reafirmam o Estado Democrático de Direito, contribuindo para uma sociedade mais justa, livre e igualitária, foram destaques no VI Ejafa (Encontro de Jornalistas das Associações Fi-

liadas à AMB), realizado no dia 9 de maio, em Brasília.

Mais de vinte assessores de comunicação de 19 Associações estaduais e do Distrito Federal reuniram-se em Brasília para discutir estratégias, trocar experiências e falar sobre a importância da comunicação digital e das redes sociais. A abertura foi feita pelo presidente da AMB, juiz

19

Associações estaduais e do Distrito Federal discutiram estratégias de comunicação.

João Ricardo dos Santos, que ressaltou o valor dos jornalistas para as entidades de magistrados de todo o País. O papel do assessor de imprensa na mediação entre o magistrado e o jornalista, como porta-voz da sociedade, também foi tema do encontro.

A Amagis participou do encontro e apresentou aos demais participantes suas iniciativas e ações no aperfeiçoamento da comunicação entre os magistrados e a sociedade. Entre elas, estão o site, atualizado diariamente com notícias específicas para os magistrados e notícias gerais; jornal mensal DECISÃO, com reportagens, matérias, entre-

vistas e outras informações importantes; torpedos, enviados aos celulares dos magistrados; Amagis Notícias, que vai via email; redes sociais, como o facebook e o twitter; cobertura de eventos; além dos programas de TV produzidos pela Amagis, que são o Pensamento Jurídico e o Via Justiça, ambos semanais e de repercussão regional e nacional.

À tarde, foi feita exposição dos trabalhos desenvolvidos pela AMB, entre eles a campanha "#SomosTodosJuizes", lançada do mesmo dia. ■

# ESTADO DE EXCEÇÃO

O soberano na construção e manutenção

NEWTON TEIXEIRA DE CARVALHO\*

**A**través da biopolítica, é possível demonstrar que ainda persiste nos tempos atuais o soberano, decidindo sobre os destinos de inúmeras vidas, se devem continuar vivas, embora despidas de direitos (vida nua) ou se, de imediato ou após inúmeros sofrimentos, devem morrer.

Na verdade, o ser humano é mero objeto, na biopolítica. Portanto, Agamben não deixa de ter razão quando retoma as colocações de Walter Benjamin, de que estamos em um permanente estado de exceção, com a incorporação ou aceitação, na biopolítica, da excepcionalidade como técnica de governo.

Conforme esclarece Agamben, necessário trazer ao debate, para uma melhor compreensão da biopolítica, a distinção que os gregos faziam entre zoé e bíos. Os gregos reportavam-se à palavra zoé para significar o viver que igualava todos os seres vivos, na simples vida natural. É a vida nua. O termo bíos, por sua vez, indicava a maneira de viver de um grupo ou de um indivíduo, isto é, uma vida qualificada ou um modo particular de vivência. É a vida política.

Portanto, a simples vida natural, no mundo clássico, é excluída da polis. Podemos viver distante da política, se permanecermos apenas na zoé. Porém, devemos ir além e adentrar na bíos, por meio de nossa capacidade de existência política, se assim o desejarmos e também se não formos cerceados em nossas liberdades, como acontece na biopolítica. Esse era um percurso natural a ser percorrido pelo ser humano, da zoé à bíos, da vida natural à vida humana, exercitada mediante ações políticas, no espaço público, uma expansão da polis para além de um limite geográfico, previamente delimitado.

Nos dois termos aludidos (zoé e bíos), distingue-se a afirmação aristotélica, segundo a qual o homem era um "animal vivente e, além disso, capaz de sua existência política". Entretanto e como afirma Agamben, "problemático é justamente o significado daquele 'além disso' a permitir o entendimento de que a política era o lugar propício a transformar o viver em viver bem". Portanto, o objeto da política é transformação da vida nua (zoé). É a transformação da voz, pertencente a todos os viventes, em linguagem, singular aos homens.

Esta analogia entre linguagem (bíos) e voz (zoé) é admissível, a partir de Aristóteles, ao afirmar que é na polis que ocorre a travessia da voz à linguagem, o que leva Agamben, a partir desta assertiva, fazer as seguintes interrogações: "de que modo o vivente possui a linguagem?" e, por conseguinte, "de que modo a vida nua habita a polis?".

A partir de então, a dupla categorial, de fundamental importância na política ocidental, con-

forme ressalta Agamben, não é o amigo-inimigo. Para este autor, agora estamos diante da vida nua-existência política (zoé-bíos), exclusão-inclusão, eis que "A política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva".

Desse modo, e nessa comparação entre poder soberano e vida nua, Agamben ressuscita a figura do homo sacer e, nesse sentido, retorna à vida nua que, no dizer do citado autor, é a "vida matável e insacrificável", como função essencial na política moderna.

Assim, ao mesmo tempo em que, na democracia moderna, o homem deixa de ser objeto do poder político, contraditoriamente, com a biopolítica, retorna à condição de objeto adestrado às mãos dos governantes, o que caracteriza o surgimento da biopolítica.

**"AO MESMO TEMPO EM QUE, NA DEMOCRACIA MODERNA, O HOMEM DEIXA DE SER OBJETO DO PODER POLÍTICO, CONTRADITORIAMENTE, COM A BIOPOLÍTICA, RETORNA À CONDIÇÃO DE OBJETO ADESTRADO ÀS MÃOS DOS GOVERNANTES,"**

Na Biopolítica, a discussão retorna à vida nua, ao corpo biopolítico do cidadão, à zoé, à inclusão/exclusão desta vida na política ou, pior, se deverá ser incluída por exclusão, cabendo ao soberano, ainda neste século XXI, a decisão de apartar as pessoas da bíos, a qualquer momento, deixando-as viver exclusivamente na zoé, reduzindo assim, a vida humana à mera vida natural. É o que podemos chamar de coisificação do ser humano.

Portanto, uma das maiores dificuldades, ou desafio da democracia, na atualidade, é superar os poderes biopolíticos do soberano, que coloca, friamente, a liberdade e a felicidade dos homens na zoé, quando o caminho deveria permanecer na bíos, permitindo que a busca pelo bem seja através de práticas discursivas e não pela imposição do soberano na biopolítica, cabendo-lhe decidir o destino de todos, dentro ou fora de um determinado espaço geográfico.

As técnicas da governamentalidade biopolítica, utilizando-se de uma expressão foucaultiana, consequência da dicotomia povo/população, esvaziam tanto o Estado de Direito como a democracia, instituições necessárias ao exercício de ações políticas de cidadania. O autoritarismo reinante na biopolítica, através das técnicas de governo, acordou o soberano, adormecido após o advento do Estado de Direito, reduzindo a vida e a população a objetos de direitos. ■

(\*) Desembargador da 13ª Câmara Cível do TJMG

# Choro se renova

Estilo musical brasileiro ganha novos adeptos



Roda de Choro no Muringeiro

TIAGO PARRELA

Com o crescimento da classe média a partir do século XIX, nasce o Choro, estilo musical genuinamente brasileiro, tocado com violões, cavaquinho, bandolim, flauta, clarinete e pandeiro. O estilo é uma mistura de gêneros como a polca, a schottish, a valsa, o tango, e a influência negra, que aportaram no país e formaram a base da música popular urbana.

Por volta da primeira década do século XX, o choro cristalizou-se como gênero a partir da produção de músicos como Joaquim Antônio Callado, Anacleto de Medeiros, Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth e Pixinguinha. Nos últimos anos, o gênero tem ganhado mais adeptos e espaço em várias cidades, como Belo Horizonte.

Para o músico mineiro Geraldo Alvarenga, do grupo Sarau Brasileiro, o Choro representa para a música brasileira o que há de

mais autêntico culturalmente. "O Choro é nosso irmão, composto de várias raças como todo brasileiro mestiço. O Choro traz o legado de nomes como Pixinguinha, Nazareth, Vila Lobos e tantos outros compositores que engrandecem nossa música" aponta Alvarenga.

Renato Muringa, da nova geração de chorões, teve seu envolvimento com o gênero em 2008, quando integra o Projeto Saravá. A partir daí, ele começou o processo de estudo, criação e pesquisa desta linguagem. "O Choro é um gênero musical brasileiro, prioritariamente instrumental. Sua execução obedece uma forma específica e permite improvisos

rítmicos e melódicos" analisou Muringa.

Geraldo Alvarenga transita entre a velha e nova guarda, enxergando essa nova geração com muita energia e talento. "Agora temos mais músicos de Choro do que quando comecei a tocar. Isso é bom pois fortalece o movimento", afirmou.

Em Belo Horizonte, o Clube do Choro organiza encontros semanais, com o propósito de difundir o estilo, com apresentações de instrumentistas, compositores e intérpretes, que se dedicam ao estudo e apresentação de audições musicais em casas de espetáculos, bares e espaços que reservam espaço para o Choro. Saiba mais ao lado. ■ ►



"Agora temos mais músicos de Choro do que quando comecei a tocar. Isso é bom pois fortalece o movimento"  
Geraldo Alvarenga, músico

## AONDE IR ?

### Conservatório UFMG

Av. Afonso Pena, 1534  
Centro - BH  
(31) 3409-8300

### A Casa

R. Padre Marinho, 30  
Santa Efigênia - BH  
(31) 9753-2979

### Butiquim Vila Rica

R. Vila Rica, 637  
Padre Eustáquio - BH  
(31) 3411-3689

### Bar Clube da Esquina

R. Sergipe, 146  
Funcionários - BH  
(31) 3222-5712

### Contemporâneo Gastrô

Av. Pasteur, nº 4  
Santa Efigênia - BH  
(31) 3327-8937

### Mosteiro

R. Santa Rita  
Durão, 940  
Funcionários - BH  
(31) 3261-2385

### Pedacinhos do Céu

R. Belmiro Braga, 774  
Alto Caiçara - BH  
(31) 3462-2260

### Xico Nunes Savassi

R. Santa Rita  
Durão, 1066  
Funcionários - BH  
(31) 3261-2056

### O Muringeiro

R. Juacema, 416 -  
Bairro da Graça  
(31) 2510-4878

Fonte: Clube do Choro

**Instituto Mineiro de Perícias**



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro  
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil  
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

[www.periciasmg.com.br](http://www.periciasmg.com.br)

## Um olhar técnico a favor da verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

### Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio  
AMAGIS



# Oportunidades Patrimar. Exclusividade Amagis.

ITBI E REGISTRO GRÁTIS\* PARA VOCÊ, ASSOCIADO.



  
**OLGA CHIARI**  
RESIDENCIAL

**4 QUARTOS**  
186 a 372 m<sup>2</sup>  
4 vagas  
Visite o modelo

**GUTIERREZ**  
**Obras avançadas**  
R. General Dionísio Cerqueira, 200



Ed. Jornalista  
*Osvaldo Nobre*  
A vida em grande estilo.

**4 QUARTOS**  
219 m<sup>2</sup>  
2 suítes e 2 semissuítes  
4 vagas  
Agende uma visita

**SANTO AGOSTINHO**  
**Pronto para morar**  
R. Ouro Preto, 1.688



**UNION**  
SQUARE

**2 QUARTOS**  
Opção de cobertura  
ou área privativa  
Agende uma visita

**LOURDES**  
**Ao lado do Minas Tênis**  
R. da Bahia, 2.569



  
**MANHATTAN**  
SQUARE  
SEU MUNDO, SUA SAVASSI.

**LOFTS:**  
**2 QUARTOS**  
**E DUPLEX**  
18 a 119 m<sup>2</sup>  
Serviços Pay-Per-Use  
Agende uma visita

**SAVASSI**  
R. Sergipe, 1.208

**EMPREENDEMENTOS  
DE ALTO LUXO.  
PADRÃO PATRIMAR.**



WhatsApp  
**(31) 97133-9797**

**3264-4300**  
patrimar.com.br



**PATRIMAR**  
Mude para melhor

\*Promoção válida única e exclusivamente para pessoas comprovadamente associadas à AMAGIS (Associação dos Magistrados Mineiros), para compras realizadas dentro da tabela vigente, sem concessão de descontos. O adquirente terá as despesas de ITBI e Registro pagas pela construtora. Promoção válida para compras efetivadas entre 21/05/2016 a 21/07/2016. Desenho de caráter artístico e ilustrativo. O mobiliário e equipamentos não fazem parte do memorial descritivo. Haverá montagem de equipamentos e mobiliários das áreas comuns de acordo com o memorial descritivo. Manhattan Square Reg. R- 2 da matrícula nº 114707 do 6º CRI BH -MG / Olga Chiari Reg. R-3 da matrícula nº 130901 1º CRI BH -MG / Union Square Reg. R- 48 da matrícula nº 115985 5º CRI BH -MG. Creci Patrimar: 8098.

# Insônia afeta a saúde

Distúrbio do sono aumenta o risco de doenças, como infarto e diabetes

**C**ansaço, mau humor e pouca disposição para o trabalho ou estudo durante o dia. Essas podem ser algumas das consequências imediatas de uma noite mal dormida. Entretanto, quando a falta de sono torna-se frequente, pode ser caracterizado como insônia e aumentar o risco de doenças como infarto, derrame e diabetes.

A neurologista Renata Lysia Soares Lima Farneze, credenciada ao Amagis Saúde, advertiu que a insônia é um fator de risco para diversas doenças, porque o tem a finalidade de estabelecer o equilíbrio geral do organismo. Atualmente, estima-se que um em cada cinco adultos sofre com o distúrbio, sem que tenha conhecimento claro do problema.

Dificuldade para 'pegar no sono', acordar várias vezes durante a noite ou sentir que o sono não foi reparador são alguns dos sinto-

FERNANDO GARCIA



mas que podem ajudar a diagnosticar a insônia. Entretanto, nem todos precisam de oito horas de sono para recompor suas energias.

De acordo com a especialista, as pessoas podem ter necessidades individuais de sono que, inclusive, podem variar de acordo com a faixa etária de cada indivíduo. Enquanto recém-nascidos podem dormir até

vinte horas por dia, os idosos, em geral, precisam de menos do que oito horas de sono.

Ao contrário do que se pensa, dormir poucas horas seguidas é melhor do que ter o sono dividido em intervalos durante toda a noite. "O sono muito interrompido não promove sono reparador, pois o paciente não consegue completar as fases de sono necessárias para uma boa saúde. Durante o sono, passamos por fases distintas (sono não-REM e sono REM), que se alternam a cada 90 minutos, aproximadamente", esclareceu Renata.

Como as pessoas apresentam necessidades individuais, não há uma regra para uma boa noite de sono. Em casos nos quais os sintomas da insônia são frequentes, o ideal é procurar um especialista. Consulte a rede credenciada da Amagis Saúde. Veja ao lado alguns cuidados para uma boa noite de sono. ■

**Uso de tablets e smartphones afeta o sono**

## Cuidados para um bom sono

❖ **Pequenos cochilos, principalmente após o almoço, podem ser benéficos para algumas pessoas, especialmente para os idosos. Não é aconselhado, entretanto, "trocar o dia pela noite".**

❖ **Comer demais antes de dormir afeta o sono, pois o organismo, inclusive o sistema mais digestivo, funciona mais lentamente durante o sono. Entretanto, dormir com fome também não é indicado.**

❖ **A prática de atividades físicas é fundamental para uma boa saúde e para uma boa noite de sono. Porém, para algumas pessoas, a atividade física noturna prejudica o adormecer. Para essas, o ideal é se exercitar durante o dia e fazer atividades relaxantes à noite.**

❖ **A ingestão de bebida alcoólica perto da hora de dormir pode levar a uma piora significativa do sono. Particularmente, para**

**pessoas que tenham problemas de saúde como apneia obstrutiva do sono.**

❖ **Não há como compensar horas perdidas de sono. O ideal é tentar dormir o mesmo número de horas de sono todos os dias. Em pessoas que sofrem de algumas doenças crônicas, como enxaqueca, as grandes variações de horas de sono podem levar a um aumento na frequência das crises.**

## ‘Amor à Vida’ amplia atuação

Programa da Amagis Saúde levará  
ações preventivas aos magistrados

GEÓRGIA BAÇVAROFF



Projeto  
oferece  
fisioterapia  
aos  
associados

No próximo dia 11 de agosto, o programa ‘Amor à Vida’ completará cinco anos de criação. Para marcar a data, a diretoria da Amagis decidiu ampliar as atividades do projeto e passará a realizar atividades educativas e de prevenção nos locais de trabalho dos magistrados.

A proposta tem ainda o objetivo de fazer com que mais associados e seus familiares se beneficiem com os serviços oferecidos pelo programa. O ‘Amor à Vida’ conta com uma equipe interdisciplinar, formada por um cardiologista, endocrinologista, geriatra, dentista, nutricionista e fisioterapeuta, que atendem na sede da Amagis. As atividades de fisioterapia são realizadas no Parque Esportivo da Associação.

Essa nova fase do programa foi planejada levand

do em consideração que uma parte significativa dos magistrados tem um estilo de vida de muito trabalho, pouco tempo para as atividades físicas e o lazer com a família. A partir das ações que serão desenvolvidas pretende-se alertar os associados sobre o risco do estresse e sedentarismo, que podem causar “doenças silenciosas” como síndrome metabólica, hipertensão arterial e diabetes.

Medidas simples como a prática regular de atividades físicas, alimentação saudável, cuidado com a saúde bucal e visitas regulares aos médicos podem, por exemplo, reduzir os riscos de uma doença cardiovascular. É nesse sentido que o ‘Amor à Vida’ busca estimular hábitos saudáveis e oferece o atendimento médico interdisciplinar na sede da Amagis.■



Agende uma  
consulta,  
ligue para: (31)  
3079-3472.

### DICAS

#### Procedimentos médicos precisam de autorização prévia

❖ **Quais procedimentos médicos precisam de autorização prévia?**

**Internações hospitalares e domiciliares, procedimentos cirúrgicos (inclusive os ambulatoriais), assistência domiciliar, tratamentos seriados, remoções, órteses e próteses cirúrgicas, terapias ambulatoriais, exames de diagnóstico com valor superior a R\$250,00, que não possuam Diretrizes de Utilização.**

❖ **Como proceder nos casos de urgência e emergência?**

**Comprovada urgência ou emergência médica, o associado poderá ser atendido sem a guia de autorização de internação. A situação deverá ser regularizada pelo prestador de serviço junto à Amagis, no prazo de dois dias úteis, mediante apresentação do laudo médico, quando serão avaliadas as circunstâncias da internação.**

❖ **O que é preciso para solicitar a autorização?**

**Pedido médico, datado, assinado e carimbado pelo médico solicitante, contendo a descrição do procedimento que será realizado.**

❖ **O que é necessário para a autorização da internação hospitalar?**

**É necessário encaminhar, ao setor de autorização do plano, o laudo médico, atestando a necessidade do tratamento ou da realização do procedimento, contendo o diagnóstico ou hipótese diagnóstica, tipo de tratamento proposto, OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) necessários e, se for o caso, o período estimado de internação.**

❖ **O pedido médico tem validade?**

**A validade do pedido médico é de 90 dias corridos.**

❖ **Qual a validade da autorização?**

**Trinta dias corridos.**